



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE VEREADOR FERNANDO MEDINA

Proposta nº 813 /2013

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), DERRAMA, IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) E TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)

Pelouro: Vereador Fernando Medina

Serviço: DMF

Considerando que:

De acordo com a alínea a) do art. 10º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e o artigo 1º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, e respetivas alterações, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor tributável dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se encontram situados;

Nos termos da alínea b) do art. 10º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, constitui receita dos municípios o produto de derramas lançadas nos termos do art. 14º do mesmo diploma legal.

A Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas -, alterada pelo Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de maio, pela Lei n.º 35/2008, de 28 de julho, pelos Decretos Leis n.ºs 123/2009, de 21 de maio, e 258/2009, de 25 de setembro, pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, e alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, e pela Lei n.º 42/2013, de 3 de julho, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada, nos termos do artigo 106º, «com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais na área correspondente ao município»;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE VEREADOR FERNANDO MEDINA

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 19º e do n.º 1 do art. 20º, ambos da referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5%, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Aprovar, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão aprove, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do artigo 25.º do mesmo Regime Jurídico, a manutenção para 2014, de todo o teor constante das propostas n.ºs 824/2012 (TMDP), 825/2012 (IRS), 826/2012 (Derrama) e 827/2012 (IMI) nos seguintes termos:

1. Fixar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2014;
2. Fixar o percentual de 2,5% relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2014.
- 3.a) O lançamento em 2014 de uma derrama de 0 % para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros;
- 3.b) A isenção da derrama em 2014 aos sujeitos passivos dos ramos de atividade de restauração e pequeno comércio, incluindo as farmácias, cujo volume de negócios no ano anterior ultrapasse os 150 000 euros, conforme CAE listados no Anexo I e que faz parte integrante da presente proposta, com exclusão dos estabelecimentos legalmente classificados como Grandes Superfícies Comerciais;
- 3.c)1 A isenção da derrama em 2014, pelo período de 3 anos, às empresas que instalem a sua sede social no concelho de Lisboa durante os anos de 2012, 2013 ou 2014 e que criem, no mínimo, 5 novos postos de trabalho durante o mesmo período;
- 3.c)2 A manutenção de isenção nos anos subsequentes à instalação depende da conservação do mínimo de postos de trabalho previstos no número anterior;
3. d) O lançamento em 2014 de uma derrama de 1,5 % para os restantes sujeitos passivos sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.
- 4 A fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorar no ano de 2013, cuja liquidação será em 2014:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE VEREADOR FERNANDO MEDINA

I - TAXAS

4.1. Ao abrigo do n.º 5 do artº 112º do Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), com a alteração introduzida pelo artigo 2.º da Lei n.º 64 /2008 de 05 de dezembro:

- a) 0,6% para os prédios urbanos contemplados na alínea b), do n.º 1, do artº 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, cujos intervalos a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, fixou de 0,5% a 0,8%;
- b) 0,3% para os prédios urbanos contemplados na alínea c), do n.º 1, do artº 112º do mesmo código, com a redação conferida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que fixou os intervalos entre de 0,3% a 0,5%.

4.2. Nos termos e para os efeitos, do n.º 2 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Abril e do n.º 19 do artigo 71 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovar as isenções contidas nos n.ºs 7 e 8 deste artigo, a saber:

- Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período inicial de cinco anos;
- São isentas do IMT as aquisições de prédio urbano ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na “área de reabilitação urbana”.

4.3 – Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 6 a 8 e 12, do artigo 112º do diploma supracitados no ponto n.º 1, fixar:

- a) A redução de 20% da mesma taxa para fogos arrendados para habitação;
- b) A majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados para os quais a Câmara Municipal de Lisboa tenha determinado a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 89º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo DL n.º 555/99 de 16 de



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE VEREADOR FERNANDO MEDINA

dezembro, e respetivas alterações, enquanto não forem iniciadas as obras intimadas por motivos alheios ao Município de Lisboa;

- c) A redução de 30% da taxa aplicável a prédios urbanos classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor.

4.4 Nos termos do n.º 3, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, na redação dada pelo artigo 141.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio.

4.5 Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, atribuir uma isenção parcial de 10 % no Imposto Municipal sobre Imóveis aos imóveis ou frações classificados com eficiência energética da classe A e A+, sendo a isenção parcial aplicável ao respetivo valor patrimonial.

II- PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

4.6 Os serviços, para efeitos da aplicação da taxa do IMI prevista no n.º 3 e em cumprimento do n.º 15, ambos do art.º 112.º do CIMI, elaborarão listagens das situações previstas em 3 e 4, Ponto I – Taxas, para que se torne possível efetuar a liquidação do imposto em tempo oportuno.

4.7 Que sejam desencadeadas junto da administração central as necessárias diligências para a publicação do diploma previsto na parte final da alínea b), do art. 11.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, 15 de janeiro), de forma a permitir que, no mais curto espaço de tempo, seja possível ao Município de Lisboa proceder à liquidação e cobrança do imposto municipal sobre imóveis.

Paços do Concelho, de outubro de 2013.

O Vice Presidente,

(Fernando Medina)

2013
Exp. n.º 813/2013
M

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



2.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 980

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO



Deliberações (Sessão da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2012):

- **Proposta n.º 489/2012 (Deliberação n.º 90/AML/2012)**- Submeter à apreciação e deliberação da AML as alterações ao Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal, nos termos da proposta [pág. 1676 (6)].

- **Proposta n.º 490/2012 (Deliberação n.º 91/AML/2012)**- Submeter à apreciação e deliberação da AML as alterações ao Regulamento das Desocupações de Habitações Municipais, nos termos da proposta [pág. 1676 (8)].

- **Proposta n.º 491/2012 (Deliberação n.º 92/AML/2012)**- Submeter à apreciação e deliberação da AML as alterações do Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais, nos termos da proposta [pág. 1676 (11)].

- **Proposta n.º 631/2012 (Deliberação n.º 93/AML/2012)**- Submeter à apreciação e deliberação da desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de parte de antigo leito de via pública, com a área de 60 m², abrangida pelo Plano de Pormenor das Amoreiras - Unidade de Execução 2, aprovado pela Deliberação n.º 17/AM/2011, nos termos da proposta [pág. 1676 (36)].

- **Proposta n.º 632/2012 (Deliberação n.º 94/AML/2012)**- Submeter à apreciação e deliberação da desafetação do domínio público para o domínio privado da parcela com a área de 361,69 m², sita na Rua Ferreira Borges, 122, nos termos da proposta [pág. 1676 (39)].

-Proposta n.º 633/2012 (Deliberação n.º 95/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da desafetação do domínio público para o domínio privado municipal do prédio sito na Rua da Boavista, 2 a 6, com a área de 88 m², freguesia de São Paulo, para efeitos de regularização registral, nos termos da proposta [pág. 1676 (41)].

-Proposta n.º 643/2012 (Deliberação n.º 96/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da repartição de encargos referente ao Concurso Público para aquisição de serviços de seguro de responsabilidade civil automóvel para veículos e equipamentos municipais por uma anuidade, prorrogável anualmente até ao limite de três anos, nos termos da proposta [pág. 1676 (43)].

-Proposta n.º 644/2012 (Deliberação n.º 97/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação do encargo e a assunção do respetivo compromisso referente ao Concurso Público para aquisição de peças, componentes e acessórios para as viaturas da Frota municipal da marca IVECO, nos termos da proposta [pág. 1676 (91)].

-Proposta n.º 824/2012 (Deliberação n.º 98/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da AML o percentual relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2013, nos termos da proposta [pág. 1676 (118)].

-Proposta n.º 825/2012 (Deliberação n.º 99/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da AML o percentual de relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para vigorar no ano de 2013, nos termos da proposta [pág. 1676 (118)].

-Proposta n.º 826/2012 (Deliberação n.º 100/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da AML o lançamento em 2013 do percentual da Derrama para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros, bem como para os restantes casos, a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos da proposta [pág. 1676 (118)].

-Proposta n.º 827/2012 (Deliberação n.º 101/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da AML a fixação das taxas do Imposto Municipal de Imóveis, para a liquidação do IMI no ano de 2013, bem como das majorações e reduções, estabelecendo os mecanismos necessários para o cumprimento, nos termos da proposta [pág. 1676 (121)].

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO



Deliberações

Sessão de 27 de novembro de 2012

-Deliberação n.º 90/AML/2012 (Proposta n.º 489/CM/2012):

Alteração do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal

Pelouro: Habitação.

Servço: DMHDS.

Considerandos:

1 - Através da Deliberação n.º 393/CM/2012, a CML aprovou, em 27 de junho, submeter a consulta pública a Proposta de Alteração ao Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal (RRAHM);

2 - Durante a consulta pública foram recolhidos contributos e sugestões que figuram no Relatório da Consulta Pública, nomeadamente de membros permanentes do Conselho Municipal de Habitação, como a AECOPS e a APEMIP, bem como de Associações de Moradores de Bairros Municipais;

3 - A análise dos resultados da consulta pública revela que há uma concordância generalizada com a alteração proposta;

4 - Mantêm-se os principais pressupostos referidos nos considerandos da Deliberação n.º 393/CM/2012;

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos das alíneas e) e i) do n.º 1 do artigo 13.º e b) e e) do artigo 24.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugada com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, bem como da alínea c), 2.ª parte do n.º 4 do artigo 64.º da mesma Lei n.º 169/99, proponho que a Câmara delibere aprovar, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal, a alteração ao Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal constante do Anexo 1, que faz parte integrante desta proposta.

ANEXO

Anexo 1 - Proposta de alteração ao RRAHM, comparada com o texto atual.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, 6 Independentes e MPT) e abstenções (PPD/PSD, PCP, CDS/PP, Bloco de Esquerda, PPM e PEV).]

-Deliberação n.º 98/AML/2012 (Proposta n.º 824/CM/2012):

Taxa Municipal de Direitos de Passagem

Considerando que:

A alínea m) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, prevê como receitas dos municípios as estabelecidas enquanto tais por lei ou regulamento a favor daqueles;

A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas -, alterada pelo Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de maio, pela Lei n.º 35/2008, de 28 de julho, pelos Decretos-Leis n.ºs 123/2009, de 21 de maio, e 258/2009, de 25 de setembro, pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, e alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada, nos termos do artigo 106.º, «com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais na área correspondente ao município»;

O Regulamento n.º 38/2004, publicado na II Série, «Diário da República» n.º 230, de 29 de setembro de 2004, da responsabilidade do ICP-ANACOM, define os procedimentos a adotar pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, da cobrança e entregas mensais, aos municípios, das receitas provenientes da aplicação da TMDP;

O Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, veio referir no n.º 1 do artigo 12.º que «[p]ela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal, que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações eletrónicas, é devida a taxa municipal de direitos de passagem, nos termos do artigo 106.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro»;

A atual tabela de taxas municipais, a qual constitui o Anexo I, do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, publicado no «Diário da República» 2.ª Série, n.º 84, de 30 de abril de 2010, estabelece que o percentual é aplicado até ao final de dezembro do ano a que diz respeito e não poderá ultrapassar os 0,25 %.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

-Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 4/2002, de 6 de fevereiro, e 9/2002, de 5 de março, e Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º, da mesma Lei e na alínea m) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com as respetivas

alterações, aprove o percentual de 0,25 % relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2013.;

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, 4 Independentes e CDS/PP), votos contra (PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PPM e MPT).]

-Deliberação n.º 99/AML/2012 (Proposta n.º 825/CM/2012):

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Considerando que:

De acordo com a alínea d) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 19.º e seguintes, da mesma Lei;

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º e do n.º 1 do artigo 20.º, ambos da referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5 %, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, participação essa calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS;

Na ausência de deliberação ou de comunicação por parte do município, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e respetivas alterações, o município tem direito a uma participação de 5 % no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), conforme disposto no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

-Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 4/2002, de 6 de fevereiro, e 9/2002, de 5 de março, e Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º, da mesma Lei e na alínea d) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com as respetivas alterações, aprove o percentual de 2,5% relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2013.

(Aprovada por unanimidade.)

-Deliberação n.º 100/AML/2012 (Proposta n.º 826/CM/2012):

Derrama

Considerando que:

Nos termos da alínea b) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, constitui receita dos municípios o produto de derramas lançadas nos termos do artigo 14.º do mesmo diploma legal;

De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 8 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, os municípios podem lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

O valor da derrama assume grande importância no cômputo da receita municipal;

A comunicação da presente deliberação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) terá de ser efetuada até ao próximo dia 31 de dezembro, uma vez que sendo recebida para além desse prazo, não há lugar à liquidação e cobrança da derrama, conforme n.º 10 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE para 2012).

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º, ambas da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 4/2002, de 6 de fevereiro, e 9/2002, de 5 de março, e Lei n.º 67/

/2007, de 31 de dezembro, para aprovação por este órgão deliberativo, ao abrigo da alínea b) do artigo 10.º, do n.º 2 do artigo 12.º e do artigo 14.º, todos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e respetivas alterações, o seguinte:

- a) O lançamento em 2013 de uma derrama de 0 % para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros;
- b) A isenção da derrama em 2013 aos sujeitos passivos dos ramos de atividade de restauração e pequeno comércio, incluindo as farmácias, cujo volume de negócios no ano anterior ultrapasse os 150 000 euros, conforme CAE listados no Anexo I e que faz parte integrante da presente proposta, com exclusão dos estabelecimentos legalmente classificados como Grandes Superfícies Comerciais;
- c) 1 - A isenção da derrama em 2013, pelo período de 3 anos, às empresas que instalem a sua sede social no concelho de Lisboa durante os anos de 2012, 2013 ou 2014 e que criem, no mínimo, 5 novos postos de trabalho durante o mesmo período;
- c.2 - A manutenção de isenção nos anos subsequentes à instalação depende da conservação do mínimo de postos de trabalho previstos no número anterior;
- d) O lançamento em 2013 de uma derrama de 1,5 % para os restantes sujeitos passivos sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

(Aprovada por unanimidade.)

Anexo I - Isenções Derrama

CAE	Descrição
471	Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, <u>excepto</u> comércio a retalho em supermercados e hipermercados (CAE 47.1.1.1)
472	Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco, em estabelecimentos especializados
474	Comércio a retalho de equipamento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em estabelecimentos especializados
475	Comércio a retalho de outro equipamento para uso doméstico, em estabelecimentos especializados
476	Comércio a retalho de bens culturais e recreativos, em estabelecimentos especializados
477	Comércio a retalho de outros produtos, em estabelecimentos especializados
478	Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda
479	Comércio a retalho não efectuado em estabelecimentos, bancas, feiras ou unidades móveis de venda
561	Restaurantes (inclui actividades de restauração em meios móveis)
563	Estabelecimentos de bebidas

-Deliberação n.º 101/AML/2012 (Proposta n.º 827/CM/2012):

Imposto Municipal sobre Imóveis/Imposto Municipal sobre Transações

Considerando que:

De acordo com a alínea a) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e o artigo 1.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, e respetivas alterações, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor tributável dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se encontram situados;

Nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem as taxas aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte entre os limites de 0,5 % a 0,8 % e 0,3 % a 0,5 %, consoante se trate, respetivamente, de prédios não avaliados, ou já avaliados nos termos do CIMI, conforme redação dada ao artigo 112.º do CIMI pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;

De acordo com o n.º 6 do artigo 112.º do CIMI, por deliberação da Assembleia Municipal, podem os municípios majorar ou minorar até 30 % a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto, definindo, para o efeito, as áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou de combate à desertificação;

Ao abrigo do n.º 7 do artigo 112.º do CIMI, podem os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, no que respeita a prédios urbanos arrendados, fixar uma redução até 20 % da taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto a aplicar, a qual pode ser cumulativa com a definida no n.º 6 do mesmo dispositivo legal, definindo para o efeito as áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação;

Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30 % da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais, de acordo com o n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e respetivas alterações a última das quais, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, os que tenham sido objeto de intimação para execução de obras de conservação, necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;

De acordo com o n.º 12 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução, até 50 %, da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios classificados, de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo, são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, como tal definidos no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto, e ainda nos casos de prédios em ruínas, conforme n.º 3 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e respetivas alterações;

Nos termos dos n.ºs 13 e 15 do artigo 112.º do CIMI, as deliberações da Assembleia Municipal referidas nos mesmos devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) até 30 de novembro, para vigorarem no ano seguinte.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e a alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 4/2002, de 6 de fevereiro, e 9/2002, de 5 de março, e Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, para aprovação por este órgão deliberativo, a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, para a liquidação do IMI no ano de 2013:

I - TAXAS

1 - Ao abrigo do n.º 5 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), com a alteração introduzida pelo artigo 2.º da Lei n.º 64/2008, de 05 de dezembro:

- a) 0,6 % para os prédios urbanos contemplados na alínea b) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, cujos intervalos a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, fixou de 0,5 % a 0,8 %;
- b) 0,3 % para os prédios urbanos contemplados na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do mesmo código, cujos intervalos a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, fixou de 0,3 % a 0,5 %.

2 - Nos termos, e para os efeitos, do n.º 2 do artigo 17 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de abril e do n.º 19 do artigo 71 do Estatuto de Benefícios Fiscais (EBF), aprovar as isenções contidas nos n.ºs 7 e 8 deste artigo, a saber:

- Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período inicial de cinco anos;
- São isentas do IMT as aquisições de prédio urbano ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na «área de reabilitação urbana».

3 - Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 6 a 8 e 12, do artigo 112.º do diploma supracitado no ponto n.º 1, fixar:

- a) A redução de 20 % da mesma taxa para fogos arrendados para habitação;
- b) A majoração de 30 % sobre a taxa aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados para os quais a Câmara Municipal de Lisboa tenha determinado a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e respetivas alterações, enquanto não forem iniciadas as obras intimadas por motivos alheios ao Município de Lisboa;
- c) A redução de 30 % da taxa aplicável a prédios urbanos classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor.

4 - Nos termos do n.º 3 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redação dada pelo artigo 141.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio.

5 - Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, atribuir uma isenção parcial de 10 % no Imposto Municipal sobre Imóveis aos imóveis ou frações classificados com eficiência energética da classe A e A+, sendo a isenção parcial aplicável ao respetivo valor patrimonial.

II - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

1 - Os serviços, para efeitos da aplicação da taxa do IMI prevista no n.º 3 e em cumprimento do n.º 15, ambos do artigo 112.º do CIMI, elaborarão listagens das situações previstas em 3 e 4 do Ponto I - Taxas, para que se torne possível efetuar a liquidação do imposto em tempo oportuno.

2 - Em matéria de valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos, objeto da avaliação geral no Concelho de Lisboa, estima-se o crescimento do IMI a receber pelo Município de Lisboa no ano de 2013. No caso de, neste âmbito:

- a) Se registar condicionalismo sobre a utilização do aumento de receita do IMI, a receber pelo Município de Lisboa no ano de 2013, de acordo com o disposto, atualmente, nos n.ºs 4 a 7 do artigo 93.º da Proposta de Lei n.º 103/XII, referente ao Orçamento do Estado para 2013, e
- b) Se verificar, comparativamente ao ano anterior, diminuição da verba, liberta do referido condicionalismo, do IMI a receber pelo Município de Lisboa no ano de 2013, por força da aplicação da taxa descrita aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, em anos anteriores a 2012,

deve a correspondente diferença de valores ser corrigida pela contração de empréstimo, com cumprimento do quadro normativo do endividamento autárquico no ano de 2013.

3 - No caso de, na votação final global na Assembleia da República, prevista para 27 de novembro de 2012, da Proposta de Lei n.º 103/XII, referente ao Orçamento do Estado para 2013, se verificar a hipotética eliminação do disposto, atualmente, nos n.ºs 4 a 7 do artigo 93.º da referida Proposta de Lei, deve, em sede de contabilidade patrimonial, ser efetuada estimativa razoável a título de perdas contingentes, à qual será alocado o aumento de receita do IMI.

4 - Devem ser desencadeadas junto da administração central as necessárias diligências para a publicação do diploma previsto na parte final da alínea b) do artigo 11.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais, de forma a permitir que, no mais curto espaço de tempo, seja possível ao Município de Lisboa proceder à liquidação e cobrança do IMI.

(Aprovada por unanimidade.)

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://boletimunicipal.cm-lisboa.pt>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 - 1900-150 Lisboa Telef. 21 816 14 20 E-mail: boletim.municipal@cm-lisboa.pt

ANEXO À PROPOSTA Nº 813/2013

Designação	2010					2011					2012					2013					
	Taxas		Valor (Euros)		Peso na receita tt ⁽¹⁾	Taxas		Valor (Euros)		Peso na receita tt ⁽¹⁾	Taxas		Valor (Euros)		Peso na receita tt ⁽¹⁾	Taxas		Valor (Euros)			Peso final do ano ⁽¹⁾
	Limites (Min / Max)	aprovada	Orçado In. (Transposto)	Cobrado		Limites (Min / Max)	aprovada	Orçado In.	Cobrado		Limites (Min / Max)	aprovada	Orçado In.	Cobrado		Limites (Min / Max)	Propostas Aprovadas	Orçado In. (Transposto)	Cobrado (31 Out)	Previsão fecho ano ^(***)	
Derrama	1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC		90.000.000	113.947.355	18,3%	1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC	1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC; 0,75 % para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 mil €.	80.000.000	72.302.326	11,9%	1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC	1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC; 0,75 % para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 mil €.	61.940.000	93.374.749	10,9%	1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC	1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC; 0% para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 mil €; Isenção para os sujeitos passivos de determinados CAE (Anexo I à Prop nº 826/CM/2012); A isenção da derrama em 2013, pelo período de 3 anos, às empresas que instalem a sua sede social no concelho de Lisboa durante os anos de 2012, 2013 ou 2014 e que criem, no mínimo, 5 novos postos de trabalho durante o mesmo período; A manutenção de isenção nos anos subsequentes à instalação depende da conservação do mínimo de postos de trabalho previstos no número anterior.	61.940.000	51.530.449	69.346.500	11,6%
Participação no IRS	até 5%, do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial		65.708.738	66.382.295	10,6%	até 5%, do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial		63.063.179	63.063.179	10,3%	até 5%, do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial		59.976.382	59.912.356	7,0%	até 5%, do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial	2,5%, do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial	59.976.382	49.926.960	59.912.356	10,0%
TMDP	0,25%, da facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área correspondente ao Município		378.000	803.288	0,1%	0,25%, da facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área correspondente ao Município		359.000	427.741	0,1%	0,25%, da facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área correspondente ao Município		580.000	464.234	0,1%	0,25%, da facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área correspondente ao Município		580.000	361.650	468.300	0,1%
IMI	diferenciadas entre avaliadas e não avaliadas		88.130.000	104.660.321		diferenciadas entre avaliadas e não avaliadas		104.332.120	109.860.845	18,0%	diferenciadas entre avaliadas e não avaliadas		106.875.000	114.914.839	13,4%	diferenciadas entre avaliadas e não avaliadas		106.875.000	65.906.296	98.201.412	16,5%
Prédios avaliados nos termos do CIMI	0,2 - 0,4	0,35	30.845.500	36.631.112		0,2 - 0,4	0,35	41.732.848	43.944.338		0,3 - 0,5	0,35	42.750.000	45.965.936		0,3 - 0,5	0,3	102.360.587	63.122.406	94.053.372	95,8%
Prédios avaliados em data anterior ao CIMI	0,4 - 0,7	0,70	57.284.500	68.029.209		0,4 - 0,7	0,675	62.599.272	65.916.507		0,5 - 0,8	0,675	64.125.000	68.948.904		0,5 - 0,8	0,6	4.514.413	2.783.890	4.148.040	4,2%
Total Derrama, IRS e TMDP			244.216.738	285.793.258	45,79%				247.754.299	245.654.091	40,31%				229.371.382	268.666.178	31,26%	229.371.382 167.725.355 227.928.568 38,19%			
Total Receita do ano (c/ SG)			781.883.459	624.171.065					911.191.855	609.474.325					911.864.323	859.472.477		939.854.119 471.731.380 596.860.050			

⁽¹⁾ Peso destes impostos / Taxas no total da Receita Cobrada no ano

^(***) Valores de Estimativa 2013 provisórios.

Notas sobre a previsão para 2013:

Derrama - Cenário em quebra, por via da actual execução

Participação IRS - Valor previsto no Mapa XIX da Proposta OE2013.

TMDP - Estimativa igual ao valor previsto no Orçamento CML 2012.

^(****) - De acordo com o artigo 200º da proposta de OE2014, a alínea b) do n.º 1 do artigo 112º do CIMI (respeitante a prédios não avaliados pelo CIMI) foi revogada.

DAGM
Prop. n.º 813/2013
Fls.



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 18º n.º 3 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião Extraordinária de Câmara de 06 de novembro de 2013, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Proposta n.º 799/2013

(Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar o Regimento da Câmara Municipal de Lisboa para o Mandato 2013 – 2017;

Votação do Artº 16º (Aprovado por maioria com 12 votos a favor (9PS, 2PPD/PSD e 1CDS/PP), 2 votos contra (PCP) e 2 abstenções (Ind.))

**Votação do Regimento da CML (excepto o Artº 16º)
(Aprovado por unanimidade)**

Proposta n.º 799-A/2013

(Subscrita pelo Srs. Vereadores do PCP)

Aprovar alterar a redacção do nº 4 do artigo 16º e adicionar um ponto 6 e 7 ao artº. 16º do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, nos termos da proposta;

(Rejeitada por maioria com 9 votos contra (PS), 3 votos a favor (1Ind. e 2 PCP) e 4 abstenções (1Ind., 2PPD/PSD, 1CDS/PP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 813/2013

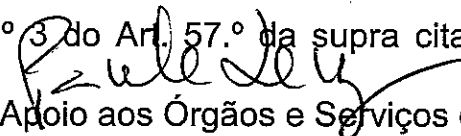
(Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão aprove, a manutenção, para vigorar em 2014, dos termos da deliberação adoptada em 2013 relativa à fixação das taxas do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) e respectivas majorações e reduções, ao percentual respeitante ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), ao percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), bem como respeitante ao percentual da Derrama para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros, e, para os restantes casos, a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, nos termos da proposta;

Aprovada ponto por ponto:

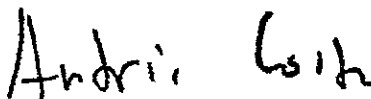
Ponto 1 (Aprovado por maioria com 15 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP))

Pontos 2, 3 e 4 (Aprovados por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu,  Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 06 de novembro de 2013

O Presidente



- António Costa -

O Sr. Presidente :- Proposta 813/2013.

PROPOSTA Nº. 813 /2013 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA QUE ESTE ÓRGÃO APROVE, A MANUTENÇÃO, PARA VIGORAR EM 2014, DOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO ADOPTADA EM 2013 RELATIVA À FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS (IMI) E RESPECTIVAS MAJORAÇÕES E REDUÇÕES, AO PERCENTUAL RESPEITANTE AO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS), AO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), BEM COMO RESPEITANTE AO PERCENTUAL DA DERRAMA PARA OS SUJEITOS PASSIVOS CUJO VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR NÃO ULTRAPASSE OS 150 000 EUROS, E, PARA OS RESTANTES CASOS, A APLICAR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente :- Dou a palavra ao Sr. Vice- Presidente.

O Sr. Vice- Presidente Fernando Medina :- Muito obrigado, muito bom dia a todos.

A proposta que hoje aqui é apresentada é a proposta da manutenção do regime de taxas reduzidas, quer relativamente ao IRS quer relativamente à taxa mínima no IMI, quer o regime das isenções de Derrama e também a taxa municipal de direitos de passagem.

Previamente a estas propostas que estão distribuídas, gostava de vos dar nota do seguinte : obviamente que esta proposta resulta de um acordo estabelecido no executivo passado relativamente à política fiscal, mas dar-vos nota que a manutenção e a aprovação nesta reunião de Câmara tem um significado importante do ponto de vista da afirmação de uma prioridade política muito clara, principalmente pelo contexto em que estamos a viver.

Ao contrário do que era expectável ou do que poderia ter sido expectável, nomeadamente relativamente ao IMI a receita, o processo da reavaliação não se está a traduzir ou não se traduziu no que foram aumentos significativos do IMI como eram admitidos e eram esperáveis e o Município hoje está confrontado e viu-se confrontado e viu-se confrontado, está confrontado com uma diminuição da receita fiscal face aos anos anteriores e por isso os dados que temos disponíveis apontam para que durante este ano o valor final em 2013 em matéria de receita fiscal nestes principais impostos, por isso Derrama, participação do IRS e IMI e Taxa de Direitos da Passagem se situe cerca de 25% abaixo do valor de 2010.

As condições económicas do país são as que são, somos vítimas desta, em áreas muito importantes da nossa atividade somos vítimas da situação geral do país e por isso é que este carácter de aprovação e de manutenção deste regime de taxas é verdadeiramente uma aposta política com mais significado até do que no passado, porquê? Porque vai exigir um esforço a dois níveis, um esforço em primeiro lugar relativamente à gestão corrente da Câmara, nomeadamente no ano de 2014 e a uma necessidade de equilíbrio por via da despesa e de outras receitas relativamente ao ano de 2014 e vai exigir também o que é uma reflexão mais estrutural sobre a evolução das finanças locais e em particular do Município de Lisboa.

Eu relembro que estão já pré-anunciadas a morte, se é que assim se pode dizer, de dois importantes impostos, que tradicionalmente eram importantes impostos no financiamento autárquico, nomeadamente em Lisboa, quer a Derrama quer o IMT, se me permitem até num modelo um bocadinho *sui generis*, que é o pré-anúncio da morte sem anúncio da sucessão, por isso criando alguma incerteza relativamente ao quadro que vai vigorar, mas isto significa que do lado da receita e do lado das nossas fontes de financiamento que a situação exige atenção, exige esse trabalho mais fundo de análise estrutural e de reflexão estrutural sobre a evolução das finanças do município, mas dá a esta proposta neste contexto um carácter de uma opção política prioritária talvez com mais força do que no passado, porque quando o constrangimento é maior fazer a alocação destes recursos torna-se mais importante.

Eu gostava também de salientar o seguinte: pelos últimos dados conhecidos relativamente ao ano de 2013 Lisboa seguramente figurará entre os 15 concelhos em que tem uma participação do IRS mais baixa e se excluirmos os concelhos de muito pequena dimensão e concelhos do interior seguramente

dos grandes municípios do país é seguramente o concelho em que a participação do IRS é mais baixa e julgo que esta opção tem que ser assumida como opção estratégica e de fundo, não é uma opção que se possa fazer num ano e depois alterar no seguinte porque não trará do ponto de vista da alteração dos efeitos sobre a cidade qualquer efeito se nós anualmente estivermos a fazer alterações nestas taxas, nomeadamente com esta importância e por isso Sr. Presidente era este o enquadramento que queria fazer relativamente às propostas que estão aqui, que foram apresentadas e no fundo que constituem a manutenção do que é o quadro que foi determinado no ano passado.

O Sr. Presidente :- Muito obrigado Sr. Vice-Presidente. Sr. Vereador António Prôa.

O Sr. Vereador António Prôa :- Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Vereadores, Sr. Vereador Fernando Medina, relativamente à proposta que nos é apresentada sobre a fiscalidade municipal, eu começaria por dizer aquilo que me parece mais significativo e que importa sublinhar especialmente no início de um novo ciclo autárquico.

Esta proposta resulta como muito bem disse o Sr. Vereador, de um acordo alcançado ainda no mandato anterior entre todas as forças políticas representadas na Câmara, resultou de um trabalho conjunto e de cedências várias em que se chegou a uma proposta que permitiu resumidamente aliviar o esforço fiscal das famílias lisboetas.

Isso aconteceu num quadro de alguma excecionalidade em Lisboa nomeadamente e foi o pretexto para esta conjugação de vontades, foi claramente a receita extraordinária recebida pela Câmara Municipal de Lisboa no final do ano de 2012 relativa ao memorando de entendimento com o Governo, entre a Câmara e o Governo, sobre os terrenos do aeroporto da Portela e isso permitiu e vale a pena fazer a referência mais concreta ao que isso permitiu, isso permitiu por um lado fazer uma proposta que no que diz respeito ao IRS, à participação do município na receita do IRS, permitiu fazer uma proposta de diminuição dessa participação que era compensada pela diminuição dos encargos nomeadamente com a dívida resultante da aplicação

dessa receita extraordinária, portanto, digamos que havia uma neutralidade em termos de receita para o município por esta via.

No que diz respeito ao IMI e à proposta de diminuição da taxa do IMI, e vale a pena aqui sublinhar também que a Câmara Municipal na proposta inicial do ano passado propunha 0.35 e depois a proposta final veio a consagrar 0.30, que é o limite mínimo que a lei permite, resultou de uma expectativa de aumento da receita do IMI por via do processo de reavaliação extraordinária dos valores matriciais e que se previa que induziam a um aumento e que portanto permitiria diminuir a taxa sem com isso o município perder receita, aliás isso ficou claro na proposta do ano passado relativamente ao IMI porque havia uma salvaguarda caso tal cenário não se verificasse.

No que diz respeito à Derrama, claramente em resultado do acordo a que se chegou, pretendia-se dar aqui um sinal de estímulo, de apoio às atividades do município de Lisboa, às atividades empresariais do município de Lisboa, tentando compensar de algum modo a situação difícil com que esses setores também são confrontados.

Bom, esse cenário permitiu esse acordo e eu queria aqui sublinhar que se deu aqui um exemplo importante de que é possível, especialmente em situações de dificuldade, é possível que os partidos se entendam e que cheguem a soluções que na prática beneficiem os cidadãos e demos aqui um exemplo, enfim, de que interessante teria sido que pudesse ter uma outra utilização em termos nacionais, mas queria aqui sublinhar que o PSD continua aqui na Câmara de Lisboa empenhado em contribuir para esse clima de consenso em questões que são estruturais para a cidade e as questões da fiscalidade são naturalmente estruturais e são estruturais também na ótica da estabilidade que é importante dar para o município, portanto, vejo com muita vantagem que se possa estabelecer um princípio de um acordo plurianual no que diz respeito à definição da fiscalidade no município de Lisboa e o PSD está naturalmente disponível e empenhado a encontrar essas plataformas de consenso com vista a dar esses sinais de estabilidade.

Sr. Vereador, agora se me permite iria mais em concreto em primeiro lugar fazer algumas referências, alguns comentários em relação à sua intervenção e depois iria em concreto à substância da proposta.

Em relação às observações que fez eu começaria por fazer uma referência ao IMI, o IMI é um imposto com uma importância significativa na estrutura de receitas do município e qualquer quebra tem um impacto importante naquilo

que é a disponibilidade financeira e portanto a capacidade da Câmara poder exercer as suas funções. O Sr. Vereador afirmou que ao contrário do que era expetável o que é fato é que a receita cobrada diminuiu e aliás o quadro que eu confesso que só tive a oportunidade de o ver em papel agora, mas que me chegou ontem à noite, eu já tinha de algum modo estes elementos, mas este quadro é muito útil que tem sistematizada a evolução das receitas cujos impostos estamos a tratar aqui hoje e de fato tem sido sistemática esta diminuição da receita do IMI e a pergunta que eu lhe fazia, Sr. Vereador, era se a quebra da cobrança de IMI, qual é a razão de fato dessa diminuição da cobrança? E se a Câmara tem dados relativamente àquilo que é devido em relação ao IMI e aquilo que é efetivamente cobrado, ou seja, dito de outra forma, se a receita expetável deveria ser de fato maior e só não é porque está a haver problemas na cobrança efetiva dessa receita.

Imagino que o Sr. Vereador não possa ter dados de certeza absoluta porque efetivamente não é o município que cobra diretamente esses impostos e aproveito para dizer que eu veria com vantagem que o município pudesse fazer, tem estrutura para o fazer e vale a pena não desistir desse princípio, mas não é isso que está aqui em causa de fato, agora era importante que a Administração Central pudesse facultar dados e eu não sei, e é essa a pergunta que lhe faço, Sr. Vereador, se tem dados ou se os pediu dados à Administração Central no sentido de perceber qual é efetivamente aqui a razão de ser desta quebra relativamente à expetativa de cobrança de IMI, esta é uma primeira questão.

Em segundo lugar e tem que ver também com cobrança, de uma questão que recorrentemente tem sido tratada aqui e também na Assembleia Municipal, tem que ver com a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, continuamos, continuo eu pelo menos e não sei se o Sr. Vereador neste pouco tempo que leva de mandato se já terá tido oportunidade, admito que não, de ter informação que confirme se a receita efetivamente cobrada no âmbito da Taxa Municipal de Direitos de Passagem é aquela que é devida ao município ou não, tradicionalmente tem havido essa discussão, o Sr. Presidente recordar-se-á bem das preocupações que têm sido manifestadas relativamente a essa incerteza, digo eu, mas talvez tenha informações que eu não tenho mas vale a pena insistir nesta matéria, creio que o município não sabe porque não tem condições de saber efetivamente se está a ser recebida toda a receita que é devida e se não sabe eu acho que deve insistir de forma veemente junto das entidades pertinentes para esta matéria no sentido de que o município tenha

uma noção daquilo que é expetável que possa receber para perceber se o que é recebido é efetivamente aquilo que o município tem direito, porque esta Taxa Municipal de Direitos de Passagem tem sido alvo de várias especulações e sabendo nós que os munícipes são confrontados alguns deles de forma explícita nas faturas que recebem com uma parcela do que pagam pelos seus consumos devidos a esta taxa, enfim, admito que sejam recebidos pelo município e não temos a certeza absoluta, e depois há outras entidades que não explicitam na fatura, não discriminam essa parcela e, portanto, há alguma incerteza relativamente a isso e eu pedia-lhe Sr. Vereador também alguma informação relativamente a esta matéria.

Para finalizar, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, relativamente à proposta em concreto eu diria que é uma proposta inovadora na forma como é apresentada, pela primeira vez, enfim, e tenho um histórico de alguns anos de avaliação de apreciação de propostas no que diz respeito à fiscalidade municipal e pela primeira vez assisto, e isto não significa necessariamente uma crítica, uma censura à forma, é efetivamente uma inovação ver todas estas quatro matérias condensadas numa única proposta, efetivamente é a primeira vez que isso sucede.

Eu diria, sem querer ser acusado de conservador, que preferiria que cada uma destas matérias fosse tratada numa proposta autónoma, até porque eventualmente há entidades diferentes a quem se tem que comunicar, e há necessariamente prazos diferentes relativamente para a eficácia das deliberações, e portanto, enfim, não vejo que haja vantagem em condensar nestas propostas. Eu admito que a intenção do Sr. Vereador tenha sido facilitar a leitura, mas eu digo-lhe, com toda a franqueza, eu acho que não facilita. E portanto, preferiria claramente que a proposta tivesse mais, que as propostas fossem claras, individualizadas em relação a cada um dos assuntos. Até porque no limite e o clima é de facto de consenso, mas no limite estas matérias podem ter apreciações e votações diferentes e , portanto, nesse cenário, que não é esse que preconizo neste caso em concreto, mas nesse cenário teríamos logo uma dificuldade. Se houve votações diferentes, se houvesse, por hipótese, eu sei que académica, mas por hipótese umas partes aprovadas outras rejeitadas, já teríamos aí um problema de leitura, uma proposta que pretendia ser mais clara. Portanto, eu sugeria, Sr. Vereador, desde logo que as propostas fossem individualizadas.

Quanto à forma ainda, Sr. Vereador, a proposta remete, a proposta que nos foi apresentada diz, resumidamente e sem querer ser demasiado pouco rigoroso

mas no essencial, diz que a proposta mantém as condições do ano anterior com as devidas adaptações. E temos aí em concreto um problema, porque nomeadamente a proposta do IMI não pode ser aprovada nesses termos, porque as condições do ano passado são manifestamente diferentes das condições deste ano, desde logo pelas remissões que são feitas à proposta de Orçamento de Estado do ano passado, que são diferentes do Orçamento de Estado deste ano, portanto, logo aí me parece que há uma confusão que se pode gerar, que se pode criar.

Portanto o que eu sugeria, Sr. Vereador, é que para esta proposta poder ter uma leitura mais simples, e eu concedo, Sr. Vereador, com toda a franqueza e com toda a simpatia e consideração. Eu não tenho dúvida que o Sr. Vereador quis trazer para aqui uma leitura mais simples, com toda a franqueza também lhe devo dizer que eu acho que só complicou. E portanto, sugeria-lhe que as propostas pudessem ser individualizadas e que se pudessem encontrar uma redação que não fizesse remissões para o ano passado. e isso é relativamente simples bastando fazer a adaptação à redação do ano passado, e eu acho que há disponibilidade, pelo menos por parte dos Vereadores do PSD, à disponibilidade para fazer eventualmente alguma pausa se for necessário para que essas adaptações ... estou em crer que o Sr. Vereador terá condições de pedir para que elas sejam feitas. Porque eu acho que concorria para que este processo fosse claro.

Quanto à substância, que é de facto o mais importantes, quando à substância o PSD está de acordo. Aliás, mau seria que não estivesse de acordo tendo estado o ano passado empenhado como estive, e eu tendo estado pessoalmente empenhado nesta matéria, que não estivéssemos de acordo relativamente à substância.

E mesmo para terminar, Sr. Presidente, diria que este quadro é um quadro importante de ser transmitido aos lisboetas num plano nacional de dificuldades financeiras que todos nós conhecemos. Mas eu diria que esta diminuição, neste caso não há uma diminuição mas há manutenção, dos encargos fiscais das famílias lisboetas. Eu acho que seria mais facilmente regível pela Câmara Municipal se também concorressem para isso ganhos de eficiência no funcionamento da Câmara Municipal.

Eu acho, com franqueza, que ainda há margem para que com uma gestão mais eficaz da estrutura do município, com uma reorganização que forçosamente tem de ser feita, até por força da reforma administrativa que entrará em pleno no início do ano, transferirá para as juntas de freguesia um conjunto significativo de competências. Eu acho uma excelente oportunidade para

repensar o funcionamento da Câmara. Tornar a Câmara mais eficaz. Libertar recursos para aquilo que efetivamente é importante, que é a prestação de serviços aos munícipes, e com isso também poder poupar as famílias lisboetas a estes encargos financeiros. E relembro que ainda há aqui alguma margem para diminuirmos os encargos das famílias lisboetas, nomeadamente na participação do IRS.

De qualquer modo deixava também, em nome do PSD, uma sugestão no que diz respeito à evolução do conjunto de receitas do município, desde logo aquelas que dependem da Administração Central.

Quer a lei das Finanças Locais, quer por outro lado as anunciadas reformas desde logo no IRC mas também no INT, eu acho que devem levar que o município possa criar de forma intencional uma estrutura de acompanhamento destas alterações, do impacto destas alterações na estrutura de receita do município. E julgo que seria com vantagem a prática desse acompanhamento poder ser partilhado pelo conjunto dos Vereadores. Do lado do PSD há toda a disponibilidade para dar contributos positivos porque, no fundo, trata-se aqui de salvaguardar também o interesse da cidade de dos munícipes nestas alterações que terão forçosamente impacto nas receitas do município.

E portanto, acho que era importante que um município com a importância de Lisboa pudesse ter esse acompanhamento por um lado e pudesse ter uma proatividade também na influencia relativamente às alterações que o Governo prevê introduzir.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente.

Temos aqui uma proposta que é uma boa proposta para Lisboa, para as famílias e para as empresas, e vem na sequência dum compromisso. Um compromisso alargado com consenso e que deve ser exemplo também para outras matérias que teremos ao longo deste mandato. E aí dizer, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente que há da parte do CDS a disponibilidade para replicar este consenso político em outras matérias. eu penso que isso é importante até tendo em conta o momento difícil que o país atravessa.

Relativamente a esta proposta eu diria, na parte deliberativa o Sr. Vice-Presidente coloca manutenção para 2014 com as devidas adaptações das outras propostas. E eu relativamente à questão das adaptações sugeria Sr. Vice-Presidente que na parte deliberativa anterior, que o ponto 3 e o ponto 4 do

Capítulo 2 dos Procedimentos Administrativos e Financeiros pudesse sair, penso que não fará sentido manter estes dois pontos.

E em relação ao ponto anterior, ao ponto 2, eu confesso que há aqui uma redação e um compromisso que esta Câmara ao viabilizar esta proposta está aqui a assumir. Ou seja, está aqui previsto a possibilidade de celebração dum empréstimo que eu acho que não devia estar aqui. Porque o que aqui diz é : “quanto à receita de IMI se não se verificar, ou se verificar uma diminuição da verba do IMI deve corresponder essa diferença de valores ser corrigida pela contração do empréstimo”. Portanto, eu parece-me que estaremos aqui já a assumir todos a possibilidade da existência desse mesmo empréstimo. E portanto, nesse sentido diria também que esta parte relativa à questão do empréstimo deveria sair.

Queria também, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, apresentar aqui uma proposta de alteração. Proposta de alteração essa que é subscrita por mim, pelo Vereador Fernando Seara, pelo PSD, que diz respeito à questão da Derrama.

O Sr. Vice-Presidente fez aqui referencia e bem que a Derrama, pelo menos é essa a intenção do Governo, venha a desaparecer. E enquanto desaparece e não desaparece eu penso que é preferível fazermos uma deliberação com a questão da Derrama, e a proposta que aqui trazemos é que esta isenção possa perdurar ao longo de todo o mandato. Eu penso que é um bom sinal que damos à economia, um bom sinal que damos às empresas, e até diria, pelo menos no caso do CDS, estaríamos disponíveis em relação a todos os outros impostos fazermos aqui um compromisso a 4 anos. Se for esse entendimento e portanto estamos abertos, como é evidente, que as forças possam subscrever esta mesma proposta de alteração.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado Sr. Presidente.

De facto, isto há questões aqui algo difíceis de analisar todas dentro do mesmo pacote, nomeadamente porque são coisas substancialmente diferentes. E como dizia o Vereador António Prôa melhor teria sido que elas fossem colocadas em propostas diferentes. Nomeadamente, porque fruto do acordo obtido o ano passado com cedências de parte a parte, inclusivamente da nossa parte, em relação a propostas que havíamos apresentado. Entendemos que podemos ter uma leitura positiva das questões que dizem respeito ao IRS, à

Derrama e ao IMI. Já em relação à Taxa Municipal de Direitos de Passagem nós PCP tem-se colocado, invariavelmente, contra esta taxa. E não é porque ela não seja justa em termos da cobrança às empresas, os direitos de passagem no território da cidade, mas porque estas empresas fazem recair sobre os munícipes estes mesmos direitos de passagem. O que nos parece a nós profundamente errado, e é apenas por esta questão que nos temos colocado sempre contra a esta taxa municipal de direitos de passagem.

Além disso, também um pouco na linha no que disse o Vereador do PSD, convinha saber se de facto estes direitos de passagem são entregues por estas empresas depois à Câmara Municipal. Uma vez que era importante também saber se aquilo que se faz recair sobre os munícipes, onerando-os, portanto fazendo pesar sobre os orçamentos das famílias estes direitos de passagem, como se fossem os munícipes que tivessem responsabilidade deles. Pelo menos são de facto entregues à Câmara Municipal, ou senão em todo pelo menos parcialmente convinha conhecer esta situação.

E portanto, dentro desta linha de raciocínio, aquilo que pediríamos ao Sr. Presidente era que a questão da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem fosse destacada desta proposta e votada à parte, em relação a todas as outras.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado.

Relativamente às questões que foram colocadas pelo Vereador António Prôa sobre a evolução, um documentário mais geral sobre a evolução das receitas. Como é evidente, nós somos totalmente atingidos ou estamos totalmente vulneráveis ao que são elementos centrais da evolução da economia do país. Quer dizer, isso é algo que é indesmentível, que é factual, e talvez o primeiro aspecto até que eu começasse por destacar é a Derrama. A Derrama representava em 2010 valores que eu pedi para vos ser distribuídos, qualquer coisa como 113 milhões de euros, e a estimativa neste momento é que se venha a cobrar este ano 69 milhões. Quer dizer, e por isso isto é uma alteração, quer dizer, não há nenhum orçamento de nenhum organismo que eu conheça que não tenha um embate com mudanças desta natureza. Mais a mais sujeita a correcções e que nos são alheias que nos são externas que estão sempre a ser feitas. Mas fundamentalmente há aqui uma linha de fundo, e esta linha de fundo é uma linha pesada.

Relativamente ao IRS, também como é conhecido também a situações que hoje vivemos propicia esta evolução. Já não falo só das políticas relativamente a cortes de salários, as situações gerais de desemprego e de alteração dos níveis de rendimento provocam estas evoluções a nível nacional.

Mas perguntou especificamente relativamente ao IMI. Nós já questionámos o Ministério das Finanças relativamente a isto. No passado a informação que tenho é que a informação prestada ao município era muito deficitária, face a uma gestão adequada do IMI. Mas especificamente relativamente a esta situação já foi questionada, porque ela de facto tem aqui alguma anormalidade. Eu admito que possa haver aqui alguma correção relativamente à alteração dos montantes de entrega e da divisão de dois e três parcelas, admito.

Admito por outro lado, que haja uma atenção maior da parte dos Contribuintes, relativamente actualização e às faculdades que a Lei lhe permite, relativamente à isenção ou à actualização dos próprios valores dos prédios, admito que é uma situação que estamos a ver também no resto do País, relativamente aos vários Impostos, que é pura e simplesmente não haver pagamento.

E por isso, quer dizer, nós estamos com 17, a projecção do desemprego para o final deste ano é 17,4%, quer dizer, isto atinge o coração da Classe Média portuguesa, e por isso isto tem um impacto sobre a forma como todas as famílias gerem e funcionam, e por isso, resposta muito concreta é que não temos essa resposta, foi pedida, não a temos, mas eu admito as linhas que, admitimos no fundo explicação para esta evolução são as seguintes, são estas que lhe referi.

Relativamente à questão da Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Eu já tive oportunidade de me inteirar do dossier, e quero dizer-lhe também que estranho os valores, e temos um trabalho, vamos iniciar um trabalho na Área das Finanças, relativamente a esta matéria, porque se é verdade que houve alteração tecnológica forte no sector, e com uma parta importante nos volumes de negócios serem feitos através de comunicações móveis e sistemas wi-fi, não taxados através deste instrumento, a verdade é que os valores de cobrança são verdadeiramente ridículos, sabendo que uma parte importante passa por tráfego de cabo e por tráfego de adsl, de rede de cobre e com vários serviços integrados.

Pelo que eu sei, também já tive oportunidade de me informar, isto está muito longe de ser um problema de Lisboa, este é um problema, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que atinge vários Municípios, e esta é de facto uma prioridade que temos na análise sobre as Taxas e sobre a nossa fonte de

Receitas, porque de facto estes valores não correspondem ao que deveriam, não é, ao que está o espírito do que é a Taxa Municipal e aos direitos que o Município tem sobre isso.

Eu respondia desta mesma forma ao Deputado do PCP, porque eu creio que a análise que faz relativamente a esta Taxa, do ponto de vista do Contribuinte e do Utente não é razoável, porque o nível da Receita que é cobrado é, nós estamos a falar de muito poucos cêntimos, se em muitas facturas chegam a, eu creio que nesta Taxa o problema é o inverso do que aquele que coloca, quer dizer, isto não é uma Taxa que a Operadora esteja simplesmente a repercutir, muitas vezes se os estiver a repercutir, é em valores totalmente ridículos relativamente àquilo que uma Taxa desta natureza importa, até porque nós sabemos o impacto que tem na vida da Cidade a Gestão que todas estas Operadoras vão fazendo.

Bom, relativamente à Proposta em concreto e à forma, por isso creio que quanto ao conteúdo, tirando esta questão de Taxa de Direitos de Passagem, não foi aqui levanta objecção quanto ao conteúdo, eu devo-vos confessar que a forma foi enfatizada, teve como objectivo enfatizar este princípio da estabilidade, procurou ter a maior simplicidade possível.

Quer dizer, está aqui exactamente aquilo que aprovaram, e posso, só tenho se calhar uma confissão a fazer, é que se calhar podia estar muito marcado por aquele diálogo com o Ministério das Finanças nacional, em que uma pessoa tem que ler as alíneas todas e as vírgulas todas, porque às vezes numa pequena alteração se muda ali uma coisa substancial, e o objectivo foi mesmo mostrar que não há mesmo alteração nenhuma, não mexemos nenhuma vírgula, mas percebo que a forma possa ser adaptada, e por isso não, creio que agora o Sr. Presidente tem aqui uma Proposta para fazer, do ponto de vista do método.

Ainda sobre a questão de conteúdo, relativamente à Proposta do Sr. Vereador do PP, da saída do Pontos 2 e 3 daquela Parte 2, relativamente às questões metodológicas, parece adequado, a nossa intenção era essa, era ela ser, ela sair, quer relativamente à parte do empréstimo, politicamente não nos coloca nenhuma dúvida, gostava de dizer que apesar da queda, ele não foi utilizado, e por isso não foi accionado na base, desde o princípio, mas também dizer que não nos levanta qualquer tipo de questão que ela desapareça; e relativamente à norma do acréscimo, ela também na minha opinião deveria cair, na medida

em que ela até é redundante com o que vier a ser aprovado no Orçamento de Estado.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Ora bem, quanto à questão de forma, tenho uma sugestão, que era manter a redação, pedia aos Srs. Vereadores que, facilitava a minha explicação se tivessem na mão a Proposta, quer dizer, manter a redação até à última linha.

E na última linha, onde se diz “que juntam e fazem parte integrante da presente Proposta”, eliminávamos esta remissão e dizíamos, em vez de fazer a remissão, dizíamos “nos seguintes termos, ponto 1”, portanto, separando as diferentes proposta, ponto por ponto, para responder à Proposta do PCP e permitir uma apreciação individualizada de cada um “Ponto 1, e no Ponto 1, nós dizíamos, fixar o percentual 0,25% relativo à taxa tal, tal, tal”, portanto pegamos na parte deliberativa relativa à Taxa dos Direitos de Passagem.

“Ponto 2 – Aprovar o percentual de 2,5 relativo ao Imposto do Rendimento sobre as Pessoas Singulares, para vigorar no ano 2014”. Portanto, era a parte deliberativa da Proposta do ano passado, só substituindo 2013 por 2014.

“Ponto 3, alínea a), como tínhamos a várias alíneas relativas à Derrama, substituindo mais uma vez 2013 por 2014”; e “Ponto 4, Tínhamos aqui, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, tal, tal e tal, as partes relativas todas ao IMI, e teríamos com todos os Pontos do Ponto 1, da Parte 1, e ainda os Ponto 1 e 4 da Parte 2, portanto relativas aos Procedimentos Administrativos e Financeiros, eliminando os Pontos 2 e 3, que são os Pontos que perdem, ou pelo menos não têm a mesma actualidade que tinham o ano passado.

E assim, creio que ficávamos com uma redação ajustada, eliminávamos os Pontos 2 e 3, creio que eram sobretudo aqueles que o Vereador António Proa entendia que não fazia sentido manter, permitia uma individualização, que acho que também não tem que ser Proposta a Proposta, sendo Ponto por Ponto, permite uma votação diferenciada relativamente a cada um, isto era a Proposta em termos de, quanto à questão da forma.

Bom, relativamente à questão de fundo, há 2 coisas que eu gostaria de sinalizar. Bom, uma é o seguinte, o Vereador António Proa interrogou-se: Porque razão é que a expectativa que temos para o IMI não de aumento da Receita, mas de uma redução de cerca de 10 milhões relativamente à Receita efectivamente cobrada do ano passado?

Não temos ainda todos os dados que nos permitam explicar esta quebra, certamente uma parte se deve a termos uma Taxa mais baixa do que tínhamos anteriormente; em segundo lugar, é provável que haja uma maior nível de incumprimento do que havia anteriormente, mas há uma causa de fundo, é que a reavaliação, pelo menos no Concelho de Lisboa, não teve claramente a dimensão que se esperava que tivesse o Processo de Reavaliação.

E não teve designadamente, casos concretos que conheço, pela forma como é aplicado o conceito de vetustez nos prédios do Concelho de Lisboa, cingindo-se à data da sua construção, independentemente do seu valor efectivo, não querendo individualizar, conheço algumas como dizer, enfim, aquilo que nós designaríamos na linguagem corrente, por palacetes na Zona Histórica da Cidade, que apesar da excelência do seu estado de conservação, em função da sua antiguidade está a pagar IMI's claramente inferiores a apartamentos na Alta de Lisboa ou na Zona da Expo, para já não dizer algumas residências em Concelhos próximos de Lisboa, que pagam IMI superior a estes Palácios.

Mas este é um problema que temos que ver um dia, relativamente à aplicação destes conceitos, relativamente a situações no Concelho de Lisboa, porque de facto, a antiguidade não pode ser o critério basilar da avaliação do valor do prédio, porque há mesmo casos em que a antiguidade valoriza, tal como o vinho do porto, também valoriza o imóvel.

Depois, eu sou sensível à Proposta do CDS, de reafirmarmos aqui o Principio da Estabilidade Fiscal. Foi aliás a preocupação que o Sr. Vice-Presidente teve, ao fazer uma pura remissão para a Proposta anterior.

Eu não acho que devemos individualizar relativamente à Derrama, relativamente aos demais, e também acho sobretudo que não o devemos fazer neste momento, e eu explico porquê. Eu acho que esse deve ser o objectivo e é o nosso objectivo, é procurar manter nos 4 anos essa Estabilidade Fiscal, porque se há coisa que é clara, é que isto só tem efeito do ponto de vista da actividade de empresas e de famílias, se tiver uma durabilidade no tempo, senão, não tem qualquer tipo de efeito.

Porque é que eu não gostaria de votarmos nada neste momento? Porque o Principio da Estabilidade, pressupõe também uma estabilidade do Quadro Normativo, e esse infelizmente não existe, quer dizer, chamo só a atenção relativamente ao IMI. Relativamente ao IMI, num ano, o acréscimo previsível é afecto a pagar as Dividas dos outros Municípios; no outro ano, já não é afecto a pagar as Dividas dos outros Municípios, mas é afecto à promoção da

actividade Económica, bom, e para o ano não sabemos qual é a ideia que vai existir quanto ao acréscimo.

Agora só há uma coisa que me parece clara, é que não vamos ter o acréscimo, ou porque o nosso acréscimo é para pagar a Dívida dos outros, ou porque o acréscimo vai ser transferido para as empresas, quer dizer, agora o acréscimo, que para já não existe, além do mais; depois, este ano até há uma nova ideia, que é reduzir o IMI em função do número de filhos, que é um critério aliás, que eu devo dizer, para mim absolutamente incompreensível.

Porque se eu acho que a dimensão do Agregado Familiar pode ter relevância relativamente aos Impostos sobre o Rendimento; relativamente aos Impostos sobre o Património não percebo qual é a lógica, então porquê no IMI e não no Imposto sobre Circulação? Quer dizer, a única razão eu percebo-a, quer dizer, é política, é simpática para as famílias numerosas, agora do ponto de vista do IMI, faz tudo menos sentido, eu diria até o contrário, quanto mais pessoas, maior é mesmo a carga urbanística, portanto acho que temos aqui um problema.

E portanto, eu tenho dificuldades em formalizar o Objectivo da Estabilidade, sem conhecer também antecipadamente qual é a estabilidade; chamo aliás a atenção relativamente à Derrama. Eu bem sei que a Derrama é irrelevante para a generalidade dos Municípios, mas para Lisboa não é irrelevante, e portanto o anúncio sem contrapartida, da eliminação do Imposto, que mesmo nestas horas más, ainda vale 60 milhões de euros, bom é uma coisa, 70 milhões de euros é uma coisa que me inquieta do ponto de vista da Estabilidade Fiscal, 70 milhões de euros não é propriamente uma quantia negligenciável, em que possamos prescindir de um ano para o outro, sem mais, nem menos, nos anos normais, como necessariamente mais tarde ou mais cedo havemos de ter, a Derrama valia mais de 100 milhões de euros ao Município de Lisboa.

Devo aliás dizer que acredito muito pouco, aliás um Estudo que encomendámos no Mandato anterior à Universidade Católica, que pelo menos o Sr. Vereador António Proa conhece, que sinaliza a total irrelevância da manipulação da Derrama, do ponto de vista da atractividade das empresas no Concelho de Lisboa.

E ainda mais, tenho ainda mais dúvidas, que com excepção destas reduções que aqui estabelecemos para as Pequenas e Médias Empresas, haja justiça social na eliminação da Derrama; o Fisco nunca nos disse nominalmente, quem são as empresas que pagam a Derrama e quanto é que cada uma paga,

a única coisa que nos deram, foi uma listagem de várias centenas de páginas, com a listagem das empresas, sem as nomear, sem as identificar, que pagam Derrama e a evolução delas ao longo dos vários anos.

E eu devo dizer que a conclusão a que se chega imediata, é o seguinte, é que 90% da Derrama cobrada pelo Município de Lisboa são pagas por 20 empresas; e depois, há dezenas de milhares de empresas a quem andamos a incomodar, para cobrar os outros 10%, portanto eu digo o seguinte, do ponto de vista da atractividade, a eliminação da Derrama não tem efeito; do ponto de vista da justiça social ou da justiça tributária, se quiser, não vejo, que eu não sei quais são essas 20 empresas, mas adivincho quais são essas 20 empresas, e não são, digamos, e não vejo que no incentivo à actividade económica, se trate de eliminar, de poupar estes 100 milhões de euros a essas 20 empresas.

Agora vejo um boa razão para acabar com a Derrama, há razões para poder acabar com a Derrama, há razões que se prendem, porque de facto estar a criar aqui um Imposto que verdadeiramente há 6 Municípios que o cobram no País todo, os outros cobram quantidades absolutamente negligenciáveis; reconheço que não faz sentido para cobrar a 20 empresas, estar a incomodar dezenas de milhar de empresas, e portanto eu estou aberto a que se encontrem modelos alternativos, propus aliás um à Comissão da Reforma do IRC, que é substituir, eliminar a Derrama e introduzir uma participação dos Municípios na Receita do IVA.

O Sr. Vice-Presidente no outro dia fez as contas, se os Municípios participassem com 2% da Receita do IVA, cobria a totalidade da Receita de Derrama a nível nacional, e era muito mais simples, e sendo nós um dos países onde os Municípios menos participam na Receita Fiscal, esses 2% na Receita do IVA seria, não é aumentar o IVA em 2%, é 2% na Receita cobrada pelo Estado no IVA.

Tinha aliás lógica do ponto de vista de incentivar os Municípios a preocuparem-se com o desenvolvimento económico do seu Concelho, porque a melhor medida para o desenvolvimento económico do Concelho já não é a Receita tributável em IRC, como sabemos, é efectivamente o movimento das transacções, e essas são tributadas em IVA.

Mais, para um Concelho como o Concelho de Lisboa, essa participação no IVA seria aliás a forma inteligente de repor relativamente alguma justiça pelo facto de nós tributamos 500 mil e despendermos para 1 milhão, porque aqui, efectivamente os residentes nos outros Concelhos, que pagam IRS nos outros

Concelhos, pagam o Imposto de Circulação nos outros Concelhos, apesar de tudo algum IVA pagam no Concelhos de Lisboa, quanto mais não seja da bica que toma.

Do meu ponto de vista tem outra vantagem, é que permite um ajustamento bastante automático da Receita ao Ciclo Económico, se o Ciclo Económico for bom, aumenta, senão reduz, e era uma boa técnica e a mais regular; do ponto de vista das empresas é a mesma coisa, a tal listagem que as Finanças nos enviaram, nós de facto sempre recebemos à volta dos 100 milhões, 120 milhões, 130 milhões, que era o que estava em 2007, estávamos nos 130 milhões de Derrama.

E portanto, aparentemente as empresas pagavam razoavelmente o mesmo todos os anos, mas não é assim, quando nós vamos ver empresa a empresa, as grandes, há empresas que têm variações de 20 milhões de euros de um ano para o outro, o que do ponto de vista da sua própria gestão financeira, mesmo para empresas que têm lucros colossais, como algumas delas, destas têm, 20 milhões a mais ou 20 milhões a menos de Imposto não é a mesma coisa, depois, gere-nos uma incerteza brutal, por exemplo, nós não sabemos nunca quanto é que vamos ser condenados a devolver de derrama cobrada, pelo contencioso fiscal múltiplo que por aí vai existindo, no qual não somos parte, porque quem nos representa é a Fazenda Nacional, portanto nós somos só notificados, há que devolver agora 30 milhões cobrados a mais na, no ano de não sei quantos, felizmente é regra também, em regra compensa com o cobrar a menos noutros anos, mas nunca sabemos.

Há um conselho aqui vizinho, toda a gente, enfim, é conhecido, é Cascais, onde verdadeiramente têm um único grande contribuinte para a derrama, onde a devolução que teve de fazer excedia a receita da derrama do próprio ano, acho que vai dar 3 ou 4 anos sem ter receita de derrama até devolver tudo...é, até devolver isso, há uma única empresa que paga uma derrama que se veja, quer dizer, depois há outras que pagam 20 euros, que são quantias que provavelmente fazem falta a essas empresas, que do ponto de vista da receita municipal de fato não acrescentam muito, mas é um problema, portanto substituir a derrama pela participação no IVA, muito bem, até mais! Até mais! Era uma medida muito inteligente para o Governo, fazer isso, acompanhando da eliminação da taxa turística, ou da, ou não colocação da taxa turística, porque o Governo tem tido a preocupação, e eu percebo, que os municípios não introduzam a taxa turística, porque de fato afeta de alguma forma a competitividade da nossa atração turística, mas os municípios, a verdade são

única entidade que não estão a ganhar com o turismo! Quer dizer, o acréscimo grande de turismo em Lisboa aumenta a receita dos operadores turísticos, aumenta a receita do Estado, e só aumenta a despesa do município, não há um único, uma única receita municipal, a não ser os bilhetes do Castelo de São Jorge que melhorem com o aumento do turismo!

Quer dizer, muito indiretamente, muito indiretamente deveríamos aumentar alguma coisa em IRS, e muito indiretamente alguma coisa na derrama, muito indiretamente aposto, eu não sei, porque não conhecemos as entidades, mas aposto que não há nenhum operador turístico relevante que contribua positivamente, de modo significativo, para a nossa derrama.

Agora, se tivéssemos uma participação no IVA, se tivéssemos uma participação no IVA, eu digo, facilmente trocamos a derrama, e a taxa turística, que aliás nunca introduzimos, com a vantagem da participação no IVA, porque aí, mais uma vez, mais uma vez com exceção dos turistas que requerem a devolução do IVA, a verdade é que era uma forma mais justa de participarmos na receita, e nos incentivar a estimularmos o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Lisboa, o Vereador Manuel Salgado, ainda mais hotéis havia de introduzir na Baixa e conseguiríamos ter aqui um grande parque hoteleiro prédio, a prédio aqui na Baixa, até iríamos pedir aos Bancos que deixavam de pagar a derrama para se irem embora, e darem lugar aqui, cederem os imóveis para a construção de hotéis, e aí é que era uma coisa como deve de ser, e estávamos aqui com um município altamente solvente.

Portanto eu acho que é prudente, tendo em conta que desconhecemos o que é que o Legislador na sua infinita sabedoria vai fazer nos próximos anos em matéria fiscal, que nos comprometêssemos, que reafirmássemos o princípio de que queremos manter o princípio da estabilidade fiscal, mas que esse princípio da estabilidade fiscal tem que ter ser também uma estabilidade do quadro legal da nossa receita, porque senão às tantas isto também é verdadeiramente impossível.

Portanto a minha sugestão era o seguinte, era que votássemos, para não estarmos a fazer interrupção, que imagino que haja pessoas que tenham outras atividades, que votássemos a Proposta com estas alterações que eu aqui formulei, que hoje à tarde o texto circulasse por todos para ver se havia alguma correção a introduzir, senão houvesse nenhuma correção a introduzir, seguiria para a Assembleia Municipal.

Caso contrário se houvesse uma alteração de fundo, que não fosse, olhe, aqui esqueceram-se de mudar o 2013 para 2014, aí viria cá a reunião de Câmara na próxima semana.

Sr. Vereador Antônio Proa.

O Sr. Vereador Antônio Proa: - Muito obrigado, Sr. Presidente, e aproveito para pedir publicamente desculpa pelo lapso de Sr. Vereador e Sr. Vice-Presidente há pouco não fiz essa referência devida quando me referi a si.

Sr. Presidente quanto às questões que referiu, bom, em relação, a primeira questão objetivamente, em relação à sua proposta de alteração da proposta inicial, o PSD concorda com a alteração, aliás não só concorda, como vê com vantagem a clarificação que por essa via se opera.

E estamos disponíveis naturalmente para durante o dia de hoje confirmar alguma questão que seja necessário ajustar, chamo apenas à atenção antecipadamente para eventualmente alguma remissão para algum diploma legal que entretanto tenha sido alterado e que careça de ratificação também na referência.

Quanto à informação, aliás o Sr. Vice-Presidente e depois o Sr. Presidente também fez essa referência aliás não é matéria nova, é matéria recorrente discutida nos Órgãos do Município quanto à informação fiscal por parte da Administração Central, por parte da Autoridade Tributária, é uma velha guerra, no sentido do interesse do município, acho que é importante ir insistindo porque de fato é muito importante para o município, e para o planejamento do município ter acesso mais completo, e atempado à informação sobre a cobrança de impostos que são receitas do município, mas não são cobrados pelo município, portanto vale a pena insistirmos que sentido que haja uma maior transparência na relação das autarquias com a Autoridade Tributária, e portanto da parte do PSD, toda a solidariedade nesse empenho por forma a podermos ter mais informação.

Quanto às causas sobre esta variação da receita do IMI, bom, eu há pouco tinha enunciado de fato uma, o problema da cobrança efetiva da receita, o Sr. Presidente referiu mais algumas razões eventuais para esta variação, e para esta expectativa não concretizada de aumento do IMI, o Sr. Vice-Presidente também tinha feito essas referências, insisto que era importante termos um quadro que nos tem necessariamente de ser transmitido pela Autoridade Tributária relativamente a esta matéria, mas eu não queria deixar de fazer uma referência aquilo que o Sr. Presidente referiu como alguma instabilidade por parte da aplicação, nomeadamente dos acréscimos de IMI, bom, em primeiro lugar Sr. Presidente na prática o município não tem esse problema, porque se há uma quebra, Sr. Presidente não vale a pena lamentar-se relativamente a essa imprevisibilidade, porque não tem aplicabilidade no caso, portanto não

tem qualquer prejuízo para a ida do município, portanto desde logo o problema resolve-se por essa via, mas ainda assim vale a pena determos, ainda que brevemente sobre esta matéria, o Orçamento de Estado do ano passado de fato previa que o acréscimo de receita proveniente do IMI fosse conduzido para o pagamento de dívidas a fornecedores dos municípios, não me parece mal, não me parece mal que num esforço Nacional de ter contas em ordem, aliás um esforço difícil, eu já lá irei, não me parece mal que os municípios também tenham esse esforço de pagar a quem devem, e portanto essa medida não me pareceu francamente não me pareceu errado, pareceu-me aliás, um bom princípio, ora este ano há um alargamento, e eu esperava que o Sr. Presidente saudasse a diversificação da aplicação da tal, do tal aumento de receitas sendo que sublinho, uma vez mais, não vamos previsivelmente ter esse problema, e portanto essa inquietação do Sr. Presidente não será aplicável em Lisboa, mas ainda assim, a proposta de Orçamento de Estado deste ano prevê que o acréscimo de receita +possa ser aplicado no pagamento de dívidas a fornecedores dos municípios, para a capitalização do fundo de apoio municipal, e vale a pena também dizer, que estando o País em termos Nacionais a beneficiar de ajudas Internacionais para voltarmos a ter alguma saúde financeira, parece-me, quase que diria incompreensível, que havendo municípios em situações, com situações financeiras dramáticas, o Sr. Presidente conhecerá eventualmente até melhor do que eu, não me refiro a Lisboa em concreto, não era aí que eu queria chegar, mas de fato no País há vários municípios com situações difíceis, não me parece que não seja ajustado que haja também alguma solidariedade entre os municípios no sentido de que as contas dos municípios, as contas das autarquias fiquem em dia, mas ainda assim, esta ano o Orçamento de Estado abre mais possibilidades de aplicação do acréscimo de receita, nomeadamente aquela que o Sr. Presidente referiu, que tem que ver com a aplicação no estímulo à atividade económica dos municípios, ora eu acho que é isso que queremos, e portanto dizer que se condiciona e veremos em que termos em concreto, porque isso ainda não está definido, será definido atempadamente pelo Governo, mas dizer que se, que o aumento de recita proveniente do IMI pode ser aplicado no estímulo ao desenvolvimento da economia local, ora, eu acho que isso é tudo, e portanto eu acho que na prática, na prática com esta abertura que o Governo propõe no Orçamento de Estado para este ano, na prática, deixa de haver muitas limitações à aplicação do acréscimo de IMI.

Mas sublinho uma vez mais, e por fim, no caso de Lisboa não vamos ter esse problema, e portanto a imprevisibilidade que se queixa o Sr. Presidente não terá aplicabilidade aqui.

Sr. Presidente fez uma referência às propostas que foram recentemente discutidas no Parlamento, propostas aliás do PSD, sobre o estímulo às famílias mais numerosas, criticando essas propostas, devo dizer que essas propostas me são particularmente caras, porque tive o privilégio de poder defendê-las no Parlamento, e aliás de redigir parcialmente algumas propostas, e Sr. Presidente eventualmente e culpa minha seguramente, porque não fui eficaz na explicação da lógica das propostas, mas Sr. Presidente, o objetivo destas propostas e aproveito para lhe dizer que também relativamente ao Imposto de circulação o Grupo Parlamentar do PSD propôs um projeto, fez um projeto de resolução no sentido de diminuir o Imposto de Circulação para famílias que tivessem mais do que 3 filhos, porquê? Por uma razão evidente, porque quem tem mais de 3 filhos tem que comprar um carro com mais de 5 lugares para os transportar, e isso significa um encargo, que esses carros normalmente têm uma cilindrada mais elevada, são carros mais caros, e portanto na prática trata-se de penalizar quem tem mais filhos, e portanto é tão só isso, mas fizemos também essa proposta, e portanto contribuindo para não ficar tão preocupado, abordámos também essa realidade, mas em relação ao IMI, Sr. Presidente sem querer ser maçador, mas importa explicar porque na medida em que esse projeto-lei vier a ser aprovado, terá consequência na vida do município, ou não! Porque, já agora aproveito para dizer não é uma imposição aos municípios, mas é sim à abertura para que os municípios possam deliberar uma vantagem para as famílias numerosas, se assim o quiserem fazer, não é impositivo, abre é a possibilidade de se deliberar nesse sentido um desconto relativamente à taxa de IMO porquê Sr. Presidente?

Porque as famílias que têm mais filhos necessitam por força de os ter que acomodar, de habitações que normalmente têm que ter mais quartos, logo têm que ter maior área, ora e como o IMI tem em conta essa característica, ter mais filhos significa forçosamente ter que pagar mais IMI, ora, vivemos uma situação Nacional, mas também o município de Lisboa e eu estranho o Sr. Presidente não ser sensível a esta proposta, porque o município de Lisboa é particularmente atingido pelo envelhecimento da população pela saída de famílias jovens da cidade de Lisboa, ora, se nós queremos ter um País que dê a volta a este problema, a este Inverno demográfico, e se queremos na cidade de Lisboa atrair famílias jovens, queremos que aumentem a população, ora então temos que dar algum benefício, algum estímulo para que isso suceda na

cidade de Lisboa, e isto manifestamente contribui especialmente na cidade de Lisboa, pode ser importante para reverter esta situação de envelhecimento, de diminuição, de desertificação da cidade de Lisboa, e portanto estranho Sr. Presidente que não veja com bons olhos a possibilidade de utilizar esta ferramenta na gestão das suas políticas de atratividade na cidade de Lisboa, era tão só isso que a proposta prevê.

Para terminar Sr. Presidente eu ouvi o Sr. Presidente falar muito sobre as preocupações quanto à imprevisibilidade da fiscalidade que tem consequências nos municípios, mas ouvi-o pouco falar sobre medidas de aumento da eficiência na gestão do município, querendo com isto dizer o quê Sr. Presidente? O Sr. Presidente manifestou muitas preocupações relativamente a questões que não dependem da sua vontade mas nada disse sobre questões que dependem da sua ação e quando queremos utilizar receitas e libertar receitas para utilizar na cidade de Lisboa estranho que o Sr. Presidente não tenha dito nada relativamente a medidas que dependem do município e que podem concorrer para libertar esses recursos através de ganhos de eficiência, nem tão pouco referiu as alterações que a reforma administrativa, que eu sei que lhe é cara, vão necessariamente introduzir e também terão impactos financeiros importantes no município.

E terminava, Sr. Presidente, dizendo que fez uma referência preocupada ao fato de parte da receita dos municípios poder contribuir para pagar dívidas dos outros, Oh Sr. Presidente eu acho que era a última pessoa que podia aqui falar em pagar dívidas dos outros porque no plano nacional é precisamente isso que está a acontecer, é este Governo que está apagar dívidas de outros e os outros no caso em apreço incluem-no a si Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente :- Ora essa. Sr. Vereador Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador Gonçalves Pereira :- Sr. Presidente obrigado. Queria em primeiro lugar evidentemente assinalar a disponibilidade do Sr. Vice-Presidente e do Executivo para estas alterações propostas, designadamente aquela que eu referi relativamente ao IMI e à possibilidade de contração do empréstimo.

Devo dizer também que em nome do esforço e do consenso e do compromisso que foi assumido que responde positivamente ao apelo do Sr. Presidente e o Sr. Vereador também, o Sr. Vereador Fernando Seara no sentido de retirarmos

esta proposta de alteração e dizer-lhe também, que concordamos com a metodologia que propôs relativamente à proposta. Muito obrigado.

O Sr. Presidente :- Muito bem. Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Vice-Presidente Fernando Medina :- Muito obrigado Sr. Presidente.

É só para uma breve nota sobre as questões da eficiência, eu acho que era importante nós não confundirmos os planos do que é que estamos aqui a discutir, quer dizer, o Município de Lisboa tem entre 2010 e 2013 uma quebra da Derrama de quase 50 milhões, nós estamos com uma quebra de impostos como acabei de referir na minha intervenção inicial de mais de 25%, não tenhamos qualquer tipo de ilusão, por mais eficiente que seja e que tem sido, que seja e que será a gestão do Município de Lisboa não há nada que se possa fazer para compensar uma quebra de receita desta natureza do ponto de vista do controlo dos custos, a não ser e coisa que eu não farei que era reeditar um discurso que eu acho que foi um desastre para todos nós que é o discurso das gorduras, quer dizer, isto não se compensa com gorduras!

Quer dizer, o município não tem, sem afetar a sua capacidade estrutural de financiamento, a forma de se lidar com um problema de receitas de 50, 60 ou 70 milhões, ou superior, não é através dos ganhos de eficiência, eu gostava de ser muito claro sobre isto, por isso eu acho que a atuação nesta frente prende-se em primeiro lugar com o seguinte: primeiro, há que lidar com a questão de fundo que aqui está colocada que é como é que um município como o de Lisboa enfrenta a situação económica que o país está a viver, ponto um; segundo, como é que o Município de Lisboa enfrenta estruturalmente as alterações ao seu modelo de financiamento, e elas estão a existir por pressão externa, por realidade externa; e em terceiro lugar, como é que nós conseguimos aprofundar, prosseguir, aprofundar, aumentar a eficácia e a eficiência do Município de Lisboa na prestação dos seus serviços, na forma como se relaciona com os cidadãos, os serviços que presta, na forma como regula a sua atividade, como regula a atividade e como no fundo todos nós, o Município, se organiza e se presta.

Eu acho que isso é um trabalho em contínuo, eu acho que os números demonstram claramente o que tem sido os ganhos nos últimos anos a esse nível e os próximos números do orçamento também vão mostrar mais um

esforço nesse sentido, mas é um trabalho em contínuo, em permanência de área a área, do ponto de vista da despesa e da receita fazer, mas eu queria que não houvesse aqui qualquer tipo de ilusões para não embarcarmos!

O que está aqui em causa no jogo do ponto de vista das finanças do município não é resolúvel como eu dizer eu faço aqui umas poupanças aqui ou ali, isto é um problema muito mais de fundo, que implica este debate entre nós, implica este debate com o Governo sobre o modelo de financiamento do município, porque nós tínhamos um modelo tradicional de financiamento que por questões de alteração estrutural do país e alterações fortes da conjuntura está a ser posto em causa, quer dizer, se me disserem alguma empresa, alguma entidade do país, mesmo a mais rica, maior que o Município de Lisboa, que possa dispensar 100 milhões no seu orçamento e que não dá por ela, eu acho que não há nenhuma, acho que não dá nenhuma, isto estamos a falar da Derrama, por exemplo, e podíamos falar de outras e era no fundo esta nota só que queria fazer, Sr. Presidente, era posicionar para termos bem presentes o mapa do debate das questões que aqui temos e que ao longo dos próximos anos futuramente nos acompanharão com entusiasmo.

O Sr. Presidente :- Muito bem, admitindo que alguém algum dia vai ler ou ouvir esta Ata só para dizer o seguinte: o meu silêncio relativamente à intervenção do Sr. Vereador António Prôa deve-se única e exclusivamente a nunca transformar este Executivo num Parlamento, mas não se deve à concordância com o que ele disse porque infelizmente, com exceção da primeira parte em que ele disse que concordava com a proposta que eu tinha feito discordei de tudo o resto, portanto, é só para que fique claro que o silêncio não vale como concordância.

Ora bem, vou pôr então à votação a proposta 813/2013, destacando o primeiro ponto, que é o único que é necessário destacar ou os outros pontos também são necessário destacar? Pronto, muito bem.

Pronto, vou pôr à votação a proposta 813/2013 com as alterações que eu enunciei e que ficaram registadas em Ata e que os Srs. Vereadores confirmarão na leitura que hoje farão e que comunicarão caso haja algum problema e vou pôr à votação o ponto 1 desta proposta. Quem vota contra? Podem baixar. Quem se abstém? Foi aprovado com os votos contra do PCP e o voto favorável dos restantes eleitos e será apresentada uma declaração de voto por parte do PCP.

Vou pôr então à votação depois em conjuntos os pontos 2, 3 e 4 desta proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovados por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs em votação a proposta nº. 813/2013, a qual foi aprovada ponto por ponto:

Ponto 1 (Aprovado por maioria com 15 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP).

Pontos 2, 3 e 4, da proposta nº. 813/2013, foram aprovados por unanimidade.

O PCP apresentou declaração de voto no Ponto 1 da Proposta 813/2013.